

O “ESTUDO DA VALORIZAÇÃO URBANÍSTICA DA BAIXA DE MAPUTO” (1984) E A DEFINIÇÃO DE MECANISMOS DE SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO EDIFICADO DA CIDADE DE MAPUTO

LISANDRA FRANCO DE MENDONÇA*

Resumo: Ao longo da década de 1980, o aparelho do Estado da República Popular de Moçambique ficou dotado de órgãos especializados que fizeram sentir a sua ação na discussão, gestão e na criação de legislação para a salvaguarda do património cultural. Esse processo esteve primeiramente associado ao programa político-ideológico da “revolução” e sucessivamente, ficou marcado pelo recrudescimento da guerra civil e pela transição para uma economia de mercado. Nesse contexto, surgiu a proposta para a classificação da Baixa da cidade de Maputo, no “Estudo da Valorização Urbanística da Baixa de Maputo” (1984). Esta pesquisa, ainda superficial, permitiu aferir que apesar de a delimitação proposta não ter sido aprovada, deu azo a que comumente passasse a indicar a “área protegida da Baixa” e a integrar o Plano Diretor em vigor.

Palavras-chave: Baixa de Maputo; Património; Conservação do património edificado em contexto pós-colonial; Moçambique.

Abstract: Throughout the 1980s, the state apparatus of the People’s Republic of Mozambique was provided with specialized bodies that acted in the discussion, management and creation of legislation for the safeguarding of the national cultural heritage. In this context, there was a proposal for the delimitation of the first urban protected area of Maputo, which covers the old downtown. This text focuses on that proposal formalized in the “Estudo da Valorização Urbanística da Baixa de Maputo”, from 1984. That pioneering research has become a reference for the subsequent studies of the built heritage of the city, which gained momentum from the end of the 2000s.

Keywords: Downtown Maputo; Built heritage; Conservation of the built heritage in a postcolonial context; Mozambique.

* Universidade de Coimbra (Instituto de Investigação Interdisciplinar/Centro de Estudos Sociais) – ‘Sapienza’ Università di Roma (Dipartimento di Storia, Disegno e Restauro dell’Architettura). lisandramendonca@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Quarenta anos passados da Independência de Moçambique (25 de junho de 1975), as dificuldades na tutela e na reabilitação do património edificado no país são evidentes. Os ajustamentos estruturais resultantes de mudanças doutrinárias contrastantes e expressas na adoção de reformas económicas específicas, acrescidas de uma longa guerra civil (1976-1992) que intensificou a deslocação de população rural para as cidades, contribuíram para que se agravasse a degradação progressiva dos seus núcleos urbanos e serviços.

A densificação da ocupação “informal” das áreas urbanizadas foi acompanhada por roturas nos usos e costumes urbanos, ou, por outras palavras, pela ruralização da cidade. A transformação apressada nos modos de habitar e nos hábitos de subsistência, com uma grande percentagem dos cidadãos a socorrer-se de atividades produtivas do setor informal para sobreviver (atividades dificilmente taxáveis), acarretou problemas de difícil resolução, nomeadamente a falta de recursos (privados e públicos) para a requalificação do espaço urbano e dos serviços e a “deterioração” generalizada dos prédios e habitações (arrendadas) da «cidade de cimento».

Para além do carácter das próprias tradições locais, da deficiente organização da tutela e gestão do património cultural edificado, da falta de pessoal qualificado nos departamentos públicos e de verbas adequadas, há a considerar o facto de grande parte dos cidadãos não conhecerem ou reconhecerem uma parte relevante do património cultural da cidade – refiro-me à generalidade do património edificado da «cidade de cimento» —, a necessidade da sua proteção, e o seu papel de tutores.

Este texto apresenta parte de uma investigação, realizada pela autora, sobre a estruturação progressiva de mecanismos de tutela do património cultural em Moçambique recém-emancipado e sobre a transformação do entendimento e abrangência do conceito de Património Cultural associado ao processo de transição política e cultural e a mudanças doutrinárias no projeto de desenvolvimento adoptado para o país. Serviu a análise da evolução normativa (decretos de criação dos vários organismos associados à cultura e suas atribuições, regulamentos dos planos de urbanização da cidade, etc.), e de fichas de inventariação dos “sítios históricos” e dos “monumentos” compiladas no início da década de 1980 pelo Serviço Nacional de Museus e Antiguidades, que fazem parte do espólio do Arquivo do Património Cultural (Instituto de Investigação Sócio-Cultural) (ARPAC) em Maputo. Dada a falta de uma visão de conjunto sobre as várias iniciativas e desenvolvimentos no campo da salvaguarda do património após a Independência, a panorâmica sucinta aqui apresentada contou com vários depoimentos de observadores participantes desse processo. O período revolucionário do imediato pós-Independência deu lugar à institucionalização de muitos serviços/ órgãos na década de 1980 (funcionando

muitas vezes de forma experimental como “projetos” até à sua criação formal). Um mesmo grupo de pessoas, dada a falta de recursos humanos, participava contemporaneamente em vários projetos, acompanhando a criação de novos serviços e a reorganização do setor da cultura.

1. BREVE CARACTERIZAÇÃO DA POLÍTICA PARA O PATRIMÓNIO CULTURAL DURANTE A PRIMEIRA DÉCADA DE INDEPENDÊNCIA

A evolução do entendimento e abrangência do conceito de património em Moçambique recém-emancipado esteve primeiramente associada ao programa político e ideológico da “revolução”, que procurava contrastar a herança cultural imposta pelo colonialismo. Esse processo estendeu-se até à década de 1980, associado primeiramente à implementação de um modelo de desenvolvimento orientado para a construção de uma sociedade socialista. Sucessivamente, ficou marcado pelo recrudescimento da guerra civil e pela transição para uma economia de mercado¹.

Se a precedente Administração colonial, através da Comissão dos Monumentos e Relíquias Históricas de Moçambique (1943-1975), tinha privilegiado o património, sobretudo edificado e arqueológico, com base, não no interesse científico dos seus valores documentais mas na propaganda da “construção civilizacional”; no período imediato, o foco foi colocado na criação de um repertório cultural nacional e na valorização do património “adequado” ao processo revolucionário². O património cultural foi entendido, em parte, segundo a expressão de um conceito alargado e mais abrangente que levava em conta a moderna concepção “antropológica” da cultura, como testemunho do viver e agir quotidianos, ou, simplesmente, como “testemunho de civilização”. Entendia-se que a cultura devia ser celebrada, inventariada, protegida e divulgada e abrangia, contemporaneamente, a tradição oral, a arte popular e toda e qualquer manifestação artística que se desenrolasse no quotidiano do povo. Foi sobretudo no levantamento e no reconhecimento do património cultural popular que a política cultural do governo pôs o enfoque inicialmente.

A partir de finais de 1976, o governo central deu impulso a vários projetos nas zonas residenciais da periferia urbana de Maputo com vista a corrigir a injustiça

¹ Segundo Teresa da Cruz e Silva, após a Independência, a situação política, económica e cultural foi marcada pelos impactos de desenvolvimentos internos e externos, individuando-se quatro fases distintas nesse processo: i) o Governo de Transição e a consolidação da Independência (1974-1977); ii) a implementação do socialismo (1977-1983/4); iii) a transição para a economia de mercado e a transição política (1984-1992); e iv) a reconstrução de uma nova sociedade a partir do final da guerra civil, com a transição política para um sistema multipartidário (1992-1999) (SILVA, 1999-2001).

² COSTA, 2005: 35.

da geografia colonial no acesso a infraestruturas, serviços, desenvolvimento social e cultural. Os subúrbios foram considerados a área prioritária para a intervenção do planeamento físico e para a implementação do novo programa (ideológico) de desenvolvimento, na luta por cenários alternativos de modernização (relativamente aos modelos promovidos pelos “centros”), no que respeitava ao desenho da cidade, aos modos de habitar e de produção. A área central da cidade de Maputo, correspondente ao antigo Distrito Municipal N.º 1 (Fig. 2), perfeitamente consolidada, com infraestruturas completas, não requeria o mesmo nível de atenção dos subúrbios e representava, por outro lado, a herança burguesa da sociedade colonial.

A partir de inícios da década de 1980, com o início da chamada “Ofensiva Política e Organizacional”³, surgiu «um momento de balanço e revisão de muitas das [...] concepções relativas à cultura»⁴ e procurou-se discutir a “descentralização” no setor

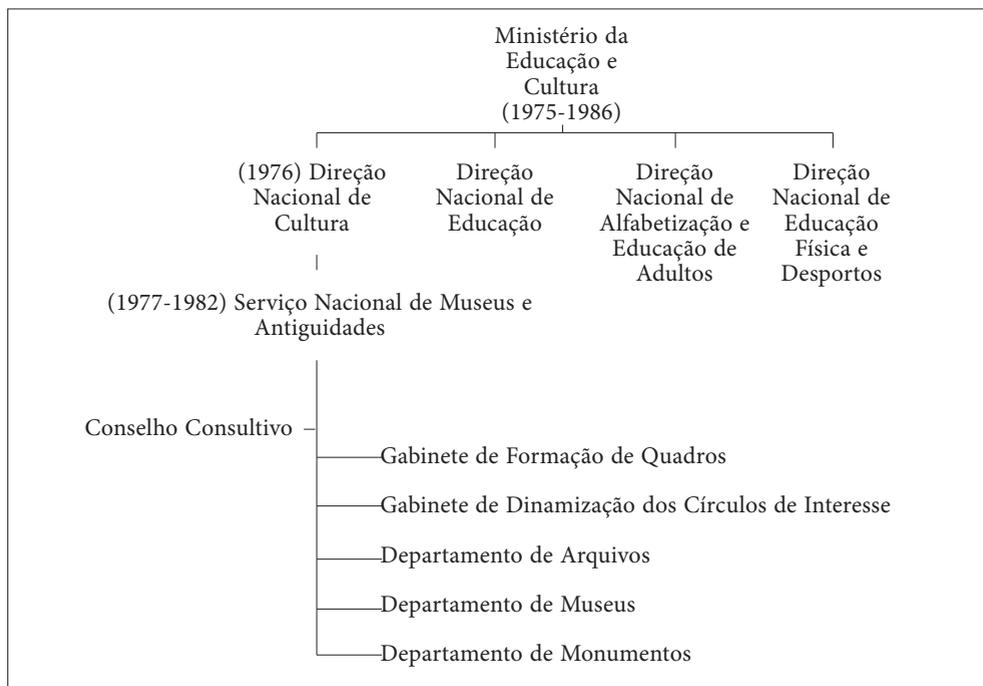


Fig. 1. Esquema da organização do serviço responsável pela investigação e valorização do património cultural entre 1977 e 1982 (informação tratada pela autora a partir dos *Boletins da República*).

³ A “Ofensiva”, lançada por Samora Machel (1933-1986) em 1980, visava questionar a concepção *leninista* do Estado (nas empresas estatais e nos serviços públicos) e do mercado (a ineficiência da economia estatal era uma questão estrutural e não funcional), e eliminar formas de atrito à luta pelo subdesenvolvimento (e.g., corrupção, nepotismo, burocratização, etc.). Veja-se NEGRÃO, 2006a; —, 2006b; —, 2006c.

⁴ MINISTÉRIO DA CULTURA, 1989: 4.

da cultura e a sua reorganização em diferentes serviços. A criação de um departamento específico para o património edificado concretizou-se com o Serviço Nacional de Museus e Antiguidades (1977-1982), sob a tutela do Ministério da Educação e Cultura, mas foi sobretudo com a criação da Secretaria de Estado da Cultura (SEC)⁵ (1983), que a vertente do património edificado ganhou outra dinâmica.

Com a instituição da SEC foi criada a Direção Nacional do Património Cultural (1983), o Departamento de Monumentos e o Serviço do Património Edificado. A salvaguarda do património edificado em Moçambique foi um tema discutido especificamente em artigos e relatórios publicados na década de 1980, aquando da elaboração da legislação para a salvaguarda do património cultural (Lei n.º 10/88, de 22 de dezembro), e no âmbito da salvaguardada e sequente processo de candidatura da Ilha de Moçambique à inscrição na Lista do Património Mundial⁶ da UNESCO⁷.

A primeira proposta de delimitação do conjunto da Baixa de Maputo, com vista à sua classificação, surgiu em 1984, no Estudo da Valorização Urbanística da Baixa de Maputo (adiante referido por “Estudo”), promovido pela SEC. O “Estudo” processou-se praticamente em paralelo à formulação do novo plano diretor da cidade, o Plano de Estrutura da Cidade de Maputo. Concluído em 1985 no Instituto Nacional de Planeamento Físico por cooperantes europeus, o Plano visava o desenvolvimento global da cidade⁸, e indicava a conservação da «Zona da Baixa» como uma das intervenções prioritárias a desenrolar. Foi aprovado em 1985 pela Assembleia da Cidade, mas não chegou a ser ratificado.

Com a aprovação da lei da salvaguarda do património cultural, a Baixa antiga de Maputo ficou abrangida pela classificação atribuída genericamente aos centros antigos das principais cidades do país. A delimitação desse conjunto urbano e a definição de um regulamento para o seu edificado ficou, no entanto, dependente de discussão na especialidade. O primeiro plano diretor da cidade (aprovado) do período pós-colonial, o Plano de Estrutura Urbana do Município de Maputo de 2008 (PEUMM), assinalou a «Área Histórica Classificada» da Baixa e previu a elaboração de um Plano Parcial de Urbanização para sua requalificação⁹, a averiguação dos seus limites físicos e de medidas para a sua salvaguarda. Essa proposta urbanística surgiu com o Plano Parcial de Urbanização da Baixa de Maputo (PPUBaixa) concluído em 2014, e que à data da conclusão desta pesquisa, no final de 2015, aguardava ratificação.

⁵ Decreto Presidencial n.º 84/83, de 29 de dezembro.

⁶ Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.

⁷ CAPÃO, 1988: 21.

⁸ RAPOSO *et al.*, 2012: 194.

⁹ MUNICÍPIO DE MAPUTO, 2008.

1.1. O «Estudo da Valorização Urbanística da Baixa de Maputo»

O processo de estudo, consciencialização e salvaguarda do património edificado levado a efeito ao longo da década de 1980 em Moçambique lidava com várias dificuldades, de entre elas, ressalvo sucintamente as seguintes:

- a) Técnicas, pela ausência de recursos humanos e materiais adequados à elaboração da tarefa. A falta de técnicos para as diversas áreas de intervenção prioritárias foi colmatada inicialmente com o recurso à cooperação externa¹⁰;
- b) Políticas e ideológicas – o programa cultural dos primeiros anos de Independência foi orientado para práticas e produtos culturais considerados, pelo poder instituído, adequados à revolução cultural. A prioridade da «luta pelo desenvolvimento» no planeamento físico recaiu na resolução dos graves problemas dos assentamentos periurbanos e no planeamento de assentamentos populacionais rurais¹¹;
- c) Económicas¹² – os fundos para a recém-criada SEC eram exíguos, apontando-se os poucos recursos disponíveis para a elaboração da Lei do Património (exigência da UNESCO)¹³ e para o processo de candidatura da Ilha de Moçambique à inscrição na Lista do Património Mundial da UNESCO;
- d) De legislação e organização administrativa – o edificado estava abrangido unicamente pelo Regulamento Geral das Edificações Urbanas (RGEU)¹⁴ e não havia coordenação entre os vários serviços com responsabilidade na gestão da cidade¹⁵. Nas palavras de José Forjaz,

*havia uma espécie de limbo no que dizia respeito à regulamentação urbana, pois os planos urbanos aprovados eram os coloniais e podiam facilmente ser desrespeitados mas, sobretudo, eram muito mal (e convenientemente) conhecidos por parte dos funcionários do Conselho Executivo da cidade*¹⁶.
- e) Guerra civil – a insegurança generalizada impediu o desenvolvimento de muitas das linhas de ação preconizadas para o património¹⁷;

¹⁰ FORJAZ, 1985; KEIL DO AMARAL, 2000: 37.

¹¹ FORJAZ, 1985.

¹² Para uma síntese da situação económica de Moçambique ao longo da década de 1980, veja-se SILVA, 1999-2001.

¹³ CAPÃO, 1988: 21.

¹⁴ Aprovado em Moçambique pelo Diploma Legislativo n.º 1976, de 10 de maio de 1960, suplemento ao *Boletim Oficial* n.º 19, I Série, de 1 de maio de 1960.

¹⁵ SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA, 1984b: 2.

¹⁶ Depoimento de José Forjaz à autora, 26 de abril de 2015.

¹⁷ A título de exemplo, as ações de conservação e restauro iniciadas na Ilha de Moçambique a partir do início da década de 1980 foram interrompidas abruptamente em 1985 após a morte e o rapto de

- f) De falta de reconhecimento do património do período colonial, considerado genericamente como «um conjunto de vestígios do regime colonial e não como objectos de importância cultural e histórica»¹⁸.

Foi nesse contexto que a SEC formalizou uma proposta para a proteção da Baixa de Maputo. O “Estudo”, já referido, foi concluído em janeiro de 1984 no Gabinete de Conservação e Restauro para a Baixa de Maputo, sob a coordenação do arquiteto Francisco Pires Keil do Amaral (Pitum)¹⁹. Um dos objetivos do “Estudo” era servir de base a uma proposta urbanística detalhada a integrar no plano diretor da cidade²⁰, o que não aconteceu. O “Estudo” serviu, nesses anos, a uma discussão alargada sobre a importância da preservação da Baixa de Maputo²¹, em particular, e do património edificado, em geral. Foram realizadas várias ações no domínio de estudos, da divulgação «e o início de trabalhos concretos de conservação, restauro e revitalização», que receberam «apoios [externos] em assistência de técnicos qualificados, meios financeiros, equipamento e materiais»²².

Em 24 de julho de 1984 – feriado nacional relativo ao Dia das Nacionalizações – foi inaugurada a exposição sobre o “Estudo da Valorização Urbana da Baixa de Maputo” na Casa de Ferro. A exposição foi usada por Luís Ber-



Fig. 1. Cartaz da Exposição do “Estudo da Valorização Urbana da Baixa de Maputo”, organizada pela SEC, Maputo, 1984, [s.a.] (espólio de Francisco P. Keil do Amaral).

alguns trabalhadores do forno de cal da Ilha num ataque armado e a sequente evacuação dos técnicos estrangeiros (CAPÃO, 1988: 17).

¹⁸ COSSA, 2001 *apud* COSTA, 2005: 59.

¹⁹ Depoimento de Francisco P. Keil do Amaral à autora, 11 de maio de 2015.

²⁰ SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA, 1984a: 1-2.

²¹ Tanto o “Estudo” como os depoimentos que recolhi, referiram algumas obras de reabilitação em curso nesse período em edifícios da Baixa. Os edifícios da Baixa antiga, no entanto, encontravam-se no geral em mau estado de conservação e muitos estavam desocupados (depoimento de Francisco P. Keil do Amaral à autora, 11 de maio de 2015).

²² CAPÃO, 1988: 16.



Fig. 2. Planta da cidade de Maputo assinalando o antigo Distrito Municipal N.º 1 (a cinza) e a zona de proteção da Baixa (cinza escuro). À direita, encontra-se a planta da «Zona de Proteção Histórico-Arquitetónica no Centro da Cidade de Maputo», que integra o Estudo da Valorização Urbanística da Baixa (1984).

Fonte: SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA, 1984b.

nardo Honwana (1942 -) (Secretário de Estado da Cultura) para chamar a atenção para a importância da preservação da Baixa e da participação integrada das várias instituições com responsabilidade na gestão do património da cidade²³.

Desenvolvido de forma faseada, o “Estudo” procurou responder formalmente aos requisitos do RGEU relativamente à instrução de uma proposta para a criação de uma zona de proteção²⁴. A caracterização do edificado respondeu a uma hierarquia relativa ao seu «interesse histórico-arquitetónico, estético ou paisagístico», enunciada em várias categorias. Para cada categoria – «A – Edifícios de qualidade»; «B – Edifícios de acompanhamento»; «C – Edifícios neutros»; «D – Edifícios dissonantes»²⁵— identificou-se o nível de intervenção admissível. Os espaços urbanos

²³ Depoimento de Mário Trindade, 18 de março de 2015; e de Alda Costa à autora, 13 de abril de 2015.

²⁴ A saber: «a) Justificação pormenorizada da necessidade de protecção; b) Delimitação cartográfica da área de protecção com a indicação de todas as construções incluídas, natureza da sua utilização e outros elementos esclarecedores dessa protecção; c) Indicação de medidas concretas e objectivas necessárias à defesa e protecção» (Diploma Legislativo n.º 1976, de 10 de maio de 1960 – RGEU, Artigo 87.º, § 2.º).

²⁵ SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA, 1984b: 10.

O "ESTUDO DA VALORIZAÇÃO URBANÍSTICA DA BAIXA DE MAPUTO" (1984) E A DEFINIÇÃO DE MECANISMOS DE SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO EDIFICADO DA CIDADE DE MAPUTO



Fig. 3. Inventário do património edificado da cidade de Maputo, 2009. Mapa de localização dos edifícios inventariados, indicando a área de proteção histórico-arquitetónica (perímetro a negro) aferida no Estudo da Valorização Urbanística da Baixa (1984).

Fonte: Universidade Eduardo Mondlane.

públicos distinguíam-se em «Espaços de qualidade» – cujas características históricas, urbanísticas ou paisagísticas constituíam *per se* um valor para a cidade – e em «Espaços dissonantes» públicos ou privados, com função ou enquadramento inconveniente²⁶.

O “Estudo” era constituído por uma análise da área abrangida, a proposta de criação da zona de proteção e o seu regulamento provisório, fichas de inventário de todos os edifícios e espaços urbanos da área inquirida, peças desenhadas de síntese e peças desenhadas da proposta urbanística com recomendações que ainda hoje podem ser consideradas oportunas. Propunha «medidas de vitalização» para zonas que, apesar de estarem devidamente apetrechadas, não eram devidamente aproveitadas, caso das velhas ruas comerciais da Baixa antiga que «em tempos, foram a parte mais viva e animada da cidade»²⁷; o condicionamento do tráfego automóvel, a uniformização dos pavimentos e o melhoramento das condições de iluminação e mobiliário urbano, de modo a beneficiar a circulação dos peões e a apetência pelo centro histórico, à época em clara decadência²⁸.

A caracterização da «Zona de Proteção Histórico-Arquitectónica no Centro da Cidade de Maputo», não fazia qualquer referência aos edifícios da zona classificados durante período colonial. Todos eles, no entanto, apareciam identificados como «Edifícios de qualidade». O que se verificou sucessivamente foi que a área delimitada pelo “Estudo”, como zona de proteção histórico-arquitetónica, passou a ser entendida comumente e em informação veiculada pelo Ministério da Cultura como área classificada (Fig. 3), e os edifícios identificados como «de qualidade» passaram a fazer parte, praticamente na íntegra, da lista de edifícios «classificados» ou «em vias de classificação» da cidade de Maputo²⁹.

No ano de 2009, a criação de um projeto de valorização do património edificado da cidade de Maputo, através da Faculdade de Arquitetura e Planeamento Físico da Universidade Eduardo Mondlane (FAPF-UEM) e com o apoio da Cooperação Itália-Moçambique, sistematizou a documentação «de cerca de 200 edifícios de valor histórico, ambiental ou arquitectónico»³⁰, com vista à sua inventariação e classificação. Esse projeto culminou com uma proposta para a classificação de trinta elementos (edifícios e memoriais) situados em grande parte na Baixa³¹. A proposta não obteve diferimento ficando a aguardar desenvolvimentos do PPUBaixa.

²⁶ SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA, 1984b: 11.

²⁷ SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA, 1984b: 24.

²⁸ SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA, 1984b: 29.

²⁹ Para a lista de elementos propostos para classificação atualmente, veja-se LAGE & CARRILHO, 2010: 2.

³⁰ LAGE, 2010: 3.

³¹ LAGE & CARRILHO, 2010: 2.

BIBLIOGRAFIA

- CAPÃO, José (1988) – *Ilha de Moçambique: Sem Desenvolvimento não há Conservação*. «ARQUIVO, Boletim Semestral do Arquivo Histórico de Moçambique», n.º 4. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, p. 13-22.
- COSTA, Alda (2005) – *Arte e Museus em Moçambique: Entre a construção da nação e o mundo sem fronteiras (c. 1932-2004)*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Tese de doutoramento.
- FORJAZ, José (1985) – *A Planificação Física em Moçambique Independente*. in José Forjaz Arquitectos. Disponível em <<http://www.joseforजारquitectos.com/textos/planmocind.html>>. [Consulta realizada em 13/06/2015].
- , coord. (2006) – *Moçambique, Melhoria dos Assentamentos Informais: Análise da Situação e Proposta de Estratégias de Intervenção*. Maputo: Direcção Nacional de Planeamento e Ordenamento Territorial (DINAPOT); Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental (MICOA). Disponível em <http://www.sarpn.org/documents/d0002452/Mozambique_cities_slums_2006_Portuguese.pdf>. [Consulta realizada em 02/10/2013].
- KEIL DO AMARAL, Francisco P. (2000) – *Trabalhar fora: Moçambique*. «Jornal dos Arquitectos», n.º 198. Lisboa: Ordem dos Arquitectos, p. 37–38.
- LAGE, Luís (2010) – *Prefácio*. In LAGE, Luís; CARRILHO, Júlio, coord. – *Inventário do Património Edificado da Cidade de Maputo: Catálogo de Edifícios e Conjuntos Urbanos Propostos para Classificação*. Maputo: Edições FAPF, p. 3-4.
- LAGE, Luís; CARRILHO, Júlio, coord. (2010) – *Inventário do Património Edificado da Cidade de Maputo: Catálogo de Edifícios e Conjuntos Urbanos Propostos para Classificação*. Maputo: Edições FAPF.
- MINISTÉRIO DA CULTURA (1989) – *Política Cultural, Apresentação do Ministério da Cultura ao Conselho de Ministros* [documento dactilografado]. [s.l.] (Maputo).
- MOÇAMBIQUE (1983)— Decreto Presidencial n.º 84/83, de 29 de dezembro, *Boletim da República*, n.º 52, I série, de 29 de dezembro de 1983 [criação da SEC].
- (1988) – Lei n.º 10/88, de 22 de dezembro, *Boletim da República*, 3.º suplemento, I Série, n.º 51, de 22 de dezembro de 1988, p. 13-17 [determina a proteção legal dos bens materiais e imateriais do património cultural].
- MUNICÍPIO DE MAPUTO (2008) – *PLANO DE ESTRUTURA URBANA DO MUNICÍPIO DE MAPUTO*, 4 vols. e mapas. Maputo: Município de Maputo.
- NEGRÃO, José (2006a) – *Contribuições para história de Moçambique – Samora e o Desenvolvimento (I)*. In *Canal de Moçambique*, n.º 82, 02 de junho.
- (2006b) – *Contribuições para história de Moçambique – Samora e o Desenvolvimento (II)*. In *Canal de Moçambique*, n.º 83, 05 de junho.
- (2006c) – *Contribuições para história de Moçambique – Samora e o Desenvolvimento (III)*. In *Canal de Moçambique*, n.º 84, 06 de junho.
- RAPOSO, Isabel; JORGE, Sílvia; VIEGAS, Sílvia; MELO, Vanessa (2012) – *Luanda e Maputo: inflexões suburbanísticas da cidade socialista à cidade-metrópole neoliberal*. «Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana», vol. 4, n.º 2, p. 189-205. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-33692012000200004&lng=en&nrm=iso>. [Consulta realizada em 11/11/2013].

- REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE (1999) – *Plano de Estrutura da Área Metropolitana de Maputo. PROL, Relatório Final (versão preliminar), vol. I: Análise da Situação Urbana e Opções de Desenvolvimento*. Maputo: República de Moçambique, Ministério da Administração Estatal, Direcção Nacional de Administração Local.
- SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA (1984a) – *Estudo da Valorização Urbanística da Baixa de Maputo: Primeira Parte, Análise* [policopiado]. Maputo: SEC, Gabinete de Conservação e Restauro.
- (1984b) – *Estudo da Valorização Urbanística da Baixa de Maputo: Segunda Parte, Proposta* [policopiado]. Maputo: SEC, Gabinete de Conservação e Restauro.
- SILVA, Teresa Maria da Cruz e (1999-2001) – *Moçambique: um perfil*. In *Reinvenção da Emancipação Social (RES)*. Disponível em <<http://www.ces.uc.pt/emancipa/gen/mozambique.html>>. [Consulta realizada em 07/03/2015].